

8. As pessoas físicas e as demais pessoas jurídicas poderão participar da oferta de que trata este comunicado, por intermédio das instituições referidas no parágrafo primeiro.

9. A presente oferta pública será realizada exclusivamente pelo módulo Ofpub, previsto no Regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic).

ANDRE DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

COMUNICADO Nº 41.218, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024

Divulga condições para a realização de operações compromissadas com instituições financeiras participantes do módulo Oferta Pública (Ofpub).

O Banco Central do Brasil, com base no disposto na Resolução BCB nº 75, de 23 de fevereiro de 2021, torna público que, das 12:00 às 12:30 horas do dia 6 de fevereiro de 2024, acolherá propostas das instituições financeiras participantes do módulo Ofpub para a realização de operações de venda de títulos públicos com compromisso de revenda assumido pela instituição financeira compradora, admitida a livre movimentação dos títulos, com as seguintes características:

I - títulos:

a) Letras do Tesouro Nacional (LTN): vencimentos em 19/7/2024, 19/10/2024, 19/1/2025, 19/4/2025, 19/7/2025, 19/10/2025, 19/1/2026, 19/4/2026, 19/7/2026, 19/10/2026, 19/1/2027 e 19/4/2027;

b) Notas do Tesouro Nacional, Série B (NTN-B): vencimentos em 15/8/2024, 15/5/2025, 15/8/2025, 15/5/2026, 15/8/2026, 15/5/2027, 15/8/2027, 15/5/2028, 15/8/2028, 15/5/2029, 15/8/2029, 15/5/2030, 15/8/2030, 15/5/2031, 15/8/2031, 15/5/2032, 15/8/2032, 15/5/2033, 15/8/2033, 15/5/2034, 15/8/2034, 15/5/2035, 15/8/2035 e 15/8/2036;

c) Notas do Tesouro Nacional, Série F (NTN-F): vencimentos em 19/1/2025, 19/1/2027, 19/1/2029, 19/1/2031, 19/1/2033 e 19/1/2035; e

d) Letras Financeiras do Tesouro (LFT): vencimentos em 19/9/2024, 19/3/2025, 19/9/2025, 19/3/2026, 19/9/2026, 19/3/2027, 19/9/2027, 19/3/2028, 19/9/2028, 19/3/2029, 19/9/2029 e 19/3/2030.

II - valor financeiro máximo desta oferta: R\$ 4.000.000.000,00 (quatro bilhões de reais), observado que, de um mesmo título/vencimento, cada instituição financeira poderá adquirir, no máximo, 100% do valor de sua(s) proposta(s) aceita(s);

III - preços unitários de venda: os informados pelo Departamento de Operações do Mercado Aberto (Demab), às 11:30 horas de 6/2/2024, na página do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) na internet (www.rtm.selic.gov.br);

IV - divulgação do resultado: 6/2/2024, a partir das 12:30 horas;

V - data de liquidação da venda: 7/2/2024; e

VI - data de liquidação da revenda: 8/5/2024.

2. Na formulação das propostas, limitadas a 3 (três) por instituição, deverão ser informados o percentual, com 4 (quatro) casas decimais, a ser aplicado sobre o fator diário da taxa Selic deduzido de uma unidade e o valor financeiro, em milhares de reais.

3. As propostas deverão ter curso na aba Ofpub/Ofdealer do Selic, opção "Lançamento" do submenu "Operações Compromissadas".

4. O resultado será apurado pelo critério de percentual único, acatando-se todas as propostas com percentual igual ou inferior ao percentual máximo aceito pelo Banco Central do Brasil, o qual será aplicado a todas as propostas vencedoras.

5. A instituição com proposta aceita deverá informar ao Demab, até as 16:00 horas de 6/2/2024, o vencimento e o valor financeiro de cada um dos títulos objeto de sua compra, utilizando o módulo "Lastro" do Selic.

6. O preço unitário da revenda será calculado com a seguinte fórmula:

n m

PURvenda = PUvenda x P $\{[(k - 1) \times S/100] + 1\}$ - CJ1 x P $\{[(k - 1) \times$

k=1

q

S/100]+1\} - CJ2 x P $\{[(k - 1) \times S/100]+1\}$

k=1

em que:

I - PUrevenda corresponde ao preço unitário de revenda do título ao Banco Central do Brasil na data do compromisso, arredondado na oitava casa decimal;

II - PUvenda corresponde ao preço unitário de venda do título pelo Banco Central do Brasil, conforme definido no primeiro parágrafo, inciso III;

III - f corresponde ao fator diário da taxa Selic, divulgado pelo Banco Central do Brasil, relativo ao k-ésimo dia útil;

IV - S corresponde ao percentual definido no quarto parágrafo;

V - n corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de liquidação da venda, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VI - CJ1 corresponde ao primeiro cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

VII - m corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive;

VIII - CJ2 corresponde ao segundo cupom de juros unitário pago pelo título durante a vigência do compromisso;

IX - q corresponde ao número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento do segundo cupom de juros, inclusive, e a data de liquidação da revenda, exclusive; e

X - P corresponde ao produtório.

7. Não havendo pagamento de cupom de juros durante a vigência do compromisso, os valores "CJ1" e "CJ2" contidos na fórmula definida no sexto parágrafo serão iguais a zero.

8. As operações de que tratam este Comunicado devem ser registradas no Selic sob o código 1047.

ANDRE DE OLIVEIRA AMANTE
Chefe

Ministério Público da União

ESCOLA SUPERIOR

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 01/2024. Contratante: União, por intermédio da ESMPU. Contratada: CALC INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (09.202.645/0001-81). Objeto: Fornecimento de equipamentos para Data Center com garantia e suporte técnico por 60 (sessenta) meses. Modalidade: PE 09/2023, ARP 01/2024. Vigência: de 01/02/2024 até 01/02/2029. Data de Assinatura: 01/02/2024. Valor Total: R\$ 975.264,00. Nota de empenho: 2023NE000282, datada de 26/12/2023. PTRES: 194221. Elemento de Despesa: 4.4.90.52.43. Processo: 0047/2024-17. Signatários: IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES, pela Contratante, MÁRIO CESAR SOUZA LIMP DE AZEVEDO, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 03/2024. Contratante: União, por intermédio da ESMPU. Contratada: CALC INFORMÁTICA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA (09.202.645/0001-81). Objeto: Fornecimento de equipamentos para Data Center com garantia e suporte técnico por 60 (sessenta) meses. Modalidade: PE 09/2023, ARP 07/2024. Vigência: de 01/02/2024 até 01/02/2029. Data de Assinatura: 01/02/2024. Valor Total: R\$ 975.264,00. Nota de empenho: 2023NE000282, datada de 26/12/2023. PTRES: 194221. Elemento de Despesa: 4.4.90.52.43. Processo: 0047/2024-17. Signatários: IVAN DE ALMEIDA GUIMARÃES, pela Contratante, MÁRIO CESAR SOUZA LIMP DE AZEVEDO, pela Contratada.

RETIFICAÇÃO

No extrato do Contrato nº 02/2024, publicado no D.O.U. do dia 1º/02/2024, seção 3, página 23, onde se lê "Data da assinatura: 29/01/2029" leia-se "Data da assinatura: 29/01/2024".

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Espécie: 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 008/SG/MPDFT/2022. Processo SEI nº 19.04.3900.0014787/2022-50. Contratante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT; CNPJ: 26.989.715/0002-93. Contratada: NET EXPRESS BRASIL TELECOMUNICAÇÕES EIRELI; CNPJ: 24.857.944/0001-48. Objeto: 1) Acrescer 3,951% (três inteiros, nove décimos, cinco centésimos e um milésimo por cento) ao valor inicial atualizado do contrato, a contar de 17/01/2024, referente ao acréscimo do "link - Tipo A - Sobradinho - TJDF, localizado no Setor de Administração Cultural - Quadra Central - Lote F, Bloco F, 1º Andar, CEP: 71.928-720", com link de velocidade de 50 Mbps, em consonância com o disposto no Parágrafo Nono da Cláusula Primeira - Dos Acréscimos e Supressões do contrato original, com amparo no inciso I, alínea b, e § 1º, do art. 65 da Lei nº 8.666/1993; e 2) Retificar a tabela constante do 5º Termo Aditivo a este Contrato, no campo Valor Mensal dos serviços de Link, tendo em vista a ocorrência de erro material. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico nº 84/2021. Vigência do contrato: 5/4/2022 até 5/4/2024. Valor Global Estimado para 24 meses: R\$679.749,84. Programa de Trabalho: 03062003142610053, Elemento de Despesa: 339040. Emitente UG/Gestão 200009/MPDFT/00001 - Tesouro Nacional. Signatários: MPDFT: CLÁUDIA BRAGA TOMELIN, Secretária - Geral; CONTRATADA: RICARDO PIRES RODRIGUES, Sócio-Administrador. Data de assinatura MPDFT: 5/02/2024. Data de assinatura CONTRATADA: 25/01/2024. CLÁUDIA BRAGA TOMELIN - Secretária-Geral.

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2023

Tornamos público o resultado do julgamento das propostas apresentadas na licitação em epígrafe. Empresas vencedoras com os seguintes valores unitários: Comércio de Produtos Alimentícios DI PRIMEIRA Ltda. - CNPJ 06.985.398/0001-49 (Item 1 - R\$9,90) e Paranoá Distribuição Importação e Exportação Ltda. - CNPJ 28.128.565/0001-78 (Item 2 - R\$9,50).

ROSSANA PERES TORRES

Pregoeira

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2023, firmado em 05/02/2024 com a empresa TECHSCAN IMPORTADORA E SERVIÇOS LTDA; CNPJ nº 06.083.148/0001-13; Objeto: a) prorrogação do prazo de vigência contratual, contado de 22/02/2024 a 21/02/2025; b) reajuste dos preços contratados no percentual de 4,62%, passando o valor mensal de R\$ 1.149,00 para R\$ 1.202,08; c) alteração de cláusula contratual; Fundamento legal: § 2º e inciso II do artigo 57, e inciso I do artigo 58, todos da Lei nº 8.666/1993, § 1º e caput do artigo 13 do Decreto nº 9.507/2018, c/c as Cláusulas Décima Primeira e Décima Oitava do contrato; Processo: MPF/PRR1 nº 1.01.000.000159/2022-55; Cobertura Orçamentária: Elemento da Despesa 3.3.90.39; Programa de Trabalho Resumido 172236; Nota de Empenho: 2024NE000021, de 09/01/2024; Signatários: pela Contratante, Pedro Henrique Rodrigues de Camargo Dias e, pela Contratada, Marcio Rutigliano Bicudo de Lima Azevedo.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 3/2024

Convenientes: Ministério Público Federal - MPF, por intermédio da Procuradoria Regional da República da 3ª Região, inscrita no CNPJ nº 26.989.715/0005-48, com sede à Avenida Brigadeiro Luís Antonio, 2020, Bela Vista, São Paulo e FACULDADE DE DIREITO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO, inscrita no CNPJ nº 59.108.100/0001-89, com sede na Rua Javá, 425, Jardim do Mar, São Bernardo do Campo/SP. Objeto: Proporcionar aos alunos de Nível Superior a realização de estágio no MPF. Vigência: 06/02/2024 a 05/02/2027 - 36 meses. Data e assinatura: 06/02/2024. Dra. Cristiana Marelina Vianna - Procuradora-Chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região e Professor Doutor Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa, Diretor.

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MPF/PRR5 Nº 6/2022. Contratantes: União/PRR-5ª Região e Eficaz Serviços e Terceirização Ltda., CNPJ 10.286.009/0001-64. Objeto: A prorrogação da vigência do Contrato nº 6/2022 será pelo período de mais 12 (doze) meses, limitada sua duração a 60 (sessenta) meses, tendo início em 11/03/2024 e término em 10/03/2025. Processo nº 1.05.000.000033/2022-31. Assinam eletronicamente, em 06/02/2024, pela PRR-5ª Região, Clarinda Aparecida Veloso de Santana, Secretária Regional e, pela empresa, Luciano Alfredo Pinto, Sócio-Administrador.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradoria Regional da República - 5ª Região e a FACULDADE UNINASSAU OLINDA - UNINASSAU OLINDA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 05/02/2024 a 04/02/2027, 03 (três) anos. Assinam, em 05/02/24, pela PRR 5ª Região, o Sr. Rafael Ribeiro Nogueira Filho, chefe da PRR 5ª Região, e pela UNINASSAU OLINDA o Sr. Wilson Sena Brasil, Coordenador do Curso de Direito.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO CEARÁ - PR/CE e FB UNI CENTRAL- CAMPUS CENTRAL e FB UNI - CAMPUS ALDEOTA, mantidos pela ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL FARIAS BRITO LTDA. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 anos. Data de assinatura: 05/02/2024. Marcelo Mesquita Monte, Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Ceará e Fernanda Denardin Gonçalves, PR-Reitora Acadêmica Administrativa do FB UNI CENTRAL - CAMPUS CENTRAL e FB UNI - CAMPUS ALDEOTA. Processo Administrativo 1.15.000.000576/2021-21.



PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Extrato do 9º Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2020 referente à contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de auxiliar operacional para manutenção preventiva, preditiva e corretiva do Edifício - Sede da Procuradoria da República no Estado de Goiás e das Unidades de Procuradoria da República nos municípios de Anápolis, Luziânia e Rio Verde. Contratante: UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE GOIÁS - PR-GO, CNPJ nº 26.989.715/0014-27. Contratada: ENERGIZA ENGENHARIA EIRELI, CNPJ nº 17.856.676/0001-84. Objeto: prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 02/2020, até 16/04/2025. Assinam, pela Contratante, Gina Lobrigida Mendes, Secretária Estadual do MPF/GO; e, pela Contratada, Suelen Ferreira dos Santos. Aprovado pela Procuradora-Chefe da Procuradoria da República em Goiás, Dra. Lea Batista de Oliveira Moreira Lima; Processo nº 1.18.000.000566/2020-01. Data de assinatura: 06/02/2024.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2022, de prestação dos serviços continuados de limpeza e conservação e de apoio administrativo, para serem executados nas dependências da Procuradoria da República no Município de Bacabal/MA, com endereço na Rua Frederico Leda, 1731-5, Jardim Valéria, firmado em 25/03/2022; Contratante: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Maranhão, CNPJ 26.989.715/0015-08; Contratada: NACIONAL SERVIÇOS INTEGRADOS LTDA; Objeto: terceira PRORROGAÇÃO do prazo de vigência do contrato, de 29.02.2024 a 28.02.2025; Fundamento Legal: art. 57, inc. V, §1º, da Lei nº 8.666/1993; Processo: 1.19.000.001407/2021-60; Cobertura Orçamentária: Elemento 339037; Notas de Empenho: nº 2022NE000068 de 22/03/2022; Signatários: pela Contratante, Flávio Roberto Martins de Matos, e pela Contratada, Lívio Ferreira Feitosa. Data da assinatura: 05.02.2024.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, nº 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e a FACULDADE ATENAS SETE LAGOAS, regida pelo CNPJ nº 01.428.030/0003-28, com sede na Avenida Prefeito Alberto Moura, nº 6000, Bairro Distrito Industrial, Sete Lagoas/MG, CEP: 35702-383, mantido(a) pelo(a) CENTRO EDUCACIONAL HYARTE-ML LTDA. Objeto: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos. Data e assinatura: 05/02/2024. (Exmo. Sr. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e o Diretor-Geral da Faculdade Atenas Sete Lagoas, Sr. HIRAN COSTA RABELO). Belo Horizonte/MG, 5 de fevereiro de 2024. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA- Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MINAS GERAIS, inscrita no CNPJ sob o nº 26.989.715/0016-99, com sede na Avenida Brasil, nº 1877/1879, Bairro Funcionários, Belo Horizonte/MG e o CENTRO UNIVERSITÁRIO DE SETE LAGOAS - UNIFEMM, regido pelo CNPJ nº 25.002.155/0001-98, com sede na Avenida Marechal Castelo Branco, nº 2.765, Campus Universitário, Bairro Santo Antônio, Sete Lagoas/MG, CEP: 35701-242, mantido pelo(a) FUNDAÇÃO EDUCACIONAL MONSENHOR MESSIAS. Objeto: Proporcionar aos alunos regularmente matriculados a oportunidade de serem incluídos no Programa de Estágio do Ministério Público da União, preparando-os para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 03 (três) anos. Data e assinatura: 05/02/2024. (Exmo. Sr. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA, Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a Reitora do Centro Universitário de Sete Lagoas - UNIFEMM, Dra. VIVIANE TOMPE SOUZA MAYRINK). Belo Horizonte/MG, 5 de fevereiro de 2024. CARLOS HENRIQUE DUMONT SILVA- Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Minas Gerais

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 8º Termo aditivo ao contrato nº 18/2021 firmado entre a União, por intermédio da Procuradoria da República em Minas Gerais, e a Empresa TBI SEGURANÇA EIRELI, CNPJ: 07.534.224/0001-22. Objeto: Alterar a Cláusula Primeira - Objeto e a Cláusula Terceira - Preço do contrato original de prestação de serviços de vigilância à sede da Procuradoria da República em Minas Gerais e suas unidades municipais, em virtude da supressão dos postos 12x36 do município de Patos de Minas, a partir de 01/03/2024. Preço: R\$ 445.519,10 mensal a partir de 01/03/2024. Data da assinatura: 05/02/2024. Assinam: pela Contratante, Esther Silva Barbosa, Secretária Estadual da PRMG; e pela Contratada, Elisabete Flor de Maio Socorro Timo, Sócia/Administradora.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 05/2024. PROCESSO Nº 1.27.004.000092/2023-93. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: ROMÁRIO OLIVEIRA RIBEIRO ME. OBJETO: Fornecimento de água mineral para a PRM/São Raimundo Nonato. VIGÊNCIA: 05/02/2024 a 31/12/2024. PREÇO GLOBAL: R\$ 1.170,00. MODALIDADE: Dispensa de Licitação. DATA DA ASSINATURA: 05/02/2024. SIGNATÁRIOS: Leonardo Braga Silveira, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, e Romário Oliveira Ribeiro, Representante, pela Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 06/2024. PROCESSO Nº 1.27.002.000070/2023-43. CONTRATANTE: UNIÃO, por intermédio da Procuradoria da República no Estado do Piauí. CONTRATADA: ADALBERTO MENDES E MOTA LTDA. OBJETO: Serviços continuados de controle de pragas urbanas para a PRM/Floriano. VIGÊNCIA: 01/02/2024 a 31/01/2025. PREÇO GLOBAL: R\$ 2.400,00. MODALIDADE: Dispensa de Licitação. DATA DA ASSINATURA: 31/01/2024. SIGNATÁRIOS: Leonardo Braga Silveira, Secretário Estadual da PR/PI, pela Contratante, e Adalberto Mendes Ribeiro, Representante, pela Contratada.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXTRATO DE CONVÊNIO

Convenientes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO e a FUNDAÇÃO EDUCACIONAL ROSEMAR PIMENTEL, mantenedora do CENTRO UNIVERSITÁRIO GERALDO DI BIASE. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 05/02/2024 a 04/02/2027. Data e assinatura: 05/02/2024. Doutor SÉRGIO LUIZ PINEL DIAS, Procurador-Chefe da PRRJ e pelo Senhor ROUBEN ABDO BOGOSIAN, Presidente da FERP. Processo Administrativo: 1.30.001.000601/2024-01.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 2/2024

CONTRATANTE: União Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, CNPJ: 26.989.715/0024-07. CONTRATADA: SUPER NOVA SERVIÇOS GERAIS LTDA., CNPJ nº 26.560.932/0001-82. OBJETO: Prestação de serviços continuados de copeiragem, com fornecimento de insumos, nas dependências da Procuradoria da República no Rio de Janeiro e das Procuradorias da República nos Municípios de Campos dos Goytacazes, Itaperuna, Macaé, Niterói, Nova Friburgo, Petrópolis, Resende, São Gonçalo, São João de Meriti, São Pedro da Aldeia e Volta Redonda. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO: 1.30.001.004560/2023-15. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº 20/2023-PR-RJ. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Nota de Empenho nº 030/2024 em 24/01/2024. VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R\$ 927.324,96 (novecentos e vinte e sete mil, trezentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos). VIGÊNCIA: De 05/04/2024 a 05/04/2025, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses. DATA DE ASSINATURA: 06/02/2024. ASSINATURAS: Newton Levy Alvim Junior - Secretário Estadual, pela Contratante, e Monique Vieira Barros, Sócia, pela Contratada. APROVAÇÃO: Sérgio Luiz Pinel Dias.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2019
Contratante: União, por intermédio da Procuradoria da República no Estado de Rondônia. Contratada: LDS SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA (CNPJ 15.150.504/0001-65). Objeto: Excluir a prestação de serviços na unidade da Procuradoria da República no município de Vilhena/RO - PRM-Vilhena, referente ao item 1, subitem III da Cláusula Primeira; e os itens 9, 10, 11 e 12, Lote 01, constantes na Cláusula Segunda. Os serviços excluídos, terão seus efeitos retroativos a partir de 01/02/2024. Processo Administrativo: 1.31.000.002192/2018-02. Fundamento Legal: Art. 65, da Lei nº 8.666/93. Nota de Empenho: 2024NE00005, 2024NE00006, 2024NE00007. Supressão do Contrato: Com a alteração prevista neste termo aditivo, fica registrado o percentual de 13,825% de supressão contratual em relação ao valor inicial atualizado do contrato. Valor Bidual Estimado: R\$ 2.041.356,48 (dois milhões, quatrocentos e um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e quarenta e oito centavos). Data da assinatura: 02/02/2024. Assinam: Pela Contratante, Jackson Barbosa Alves (Secretário Estadual da PR-RO) e, pela Contratada, Lúcia Maria Simões Pereira (Representante da Contratada).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

PROCURADORIA-GERAL

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

DIVISÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

EDITAL DE CITAÇÃO

Fornecedora: SAMMA SERVIÇOS LTDA CNPJ: 21.419.761/0001-52.

Fica a fornecedora notificada, a contar desta publicação, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, da decisão de aplicar as penalidades de advertência e multa no valor de R\$ 576,77 (quinhentos e setenta e seis reais e setenta e sete centavos), consoante dispõe o inciso II, letra "b" do Parágrafo Segundo e Tabelas 1 e 2 do Parágrafo Décimo Sétimo, ambos da Cláusula Vigésima Primeira do Contrato nº 12/2022 e artigo 87, incisos I e II da Lei 8.666/93, em razão de atraso no fornecimento de uniforme aos colaboradores, conforme a instrução do PGEA 20.02.0001.0008205/2023-13, cujos autos encontram-se com vista franqueada aos interessados e acessíveis pelo Sistema de Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT.

Com efeito, oportuniza-se a apresentação dos argumentos de recurso administrativo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 109, inciso I, alínea "f", da Lei 8.666/93.

O recurso administrativo deverá ser interposto exclusivamente mediante petição no referido PGEA, por meio do Protocolo Administrativo Eletrônico do MPT, disponível no endereço <https://protocoloadministrativo.mpt.mp.br>.

Eslarecimentos porventura necessários poderão ser obtidos por intermédio do e-mail pgt.paar@mpt.mp.br ou do telefone (61) 3314-8541.

TERESA CRISTINA AIRES DE ASSIS

Diretora de Administração

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: PGEA nº 20.02.001.0000088/2024-16 - Contrato nº 03/2024. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de agenciamento de viagens, compreendendo os serviços de reserva, emissão, remarcação e cancelamento de passagem aérea nacional, para o Ministério Público do Trabalho/Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região. Contratante: Ministério Público do Trabalho / PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO, CNPJ nº 26.989.715/0032-09. Contratada: NORTE TURISMO LTDA EPP, CNPJ: 05.570.254/0001-69. Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico SRP/PGT nº 24/2023. Fundamento legal: artigo 95, da Lei nº 14.133/2021. Elemento de Despesa: 3.3.90.33-01 e 3.3.90.33-02. Nota de Empenho nº 2024NE000159 de 23/01/2024. Valor Global: R\$ 58.234,18 (cinquenta e oito mil, duzentos e trinta e quatro reais e deztois centavos). Prazo de Vigência: 24/01/2024 a 24/01/2026. Data da Assinatura: 24/01/2024. Signatários: Dr. Fábio Goulart Villela, Procurador-Chefe, pela CONTRATANTE, e o Sr. Leonardo Guimarães Fontenele, Sócio-administrador, pela CONTRATADA.

PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 001/2024. Contratante: União Federal/PRT 9ª REGIÃO. Contratada: PROMARK COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº 43.662.984/0001-89. Processo nº 20.02.090.000149/2024-46. Modalidade: Dispensa de Licitação nº 79/2023. Objeto: fornecimento e instalação de persianas verticais no prédio sede da Procuradoria do Trabalho no Município de Ponta Grossa. Vigência: O prazo de vigência da contratação por escopo é a do prazo de execução e aceite do objeto, na forma do artigo 111 da Lei nº 14.133/2021. Valor total: R\$ 17.794,25 (Dezesseis mil, setecentos e noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos). Assinam: ALBERTO EMILIANO DE OLIVEIRA NETO, Procurador-Chefe, pela Contratante e ELIAS PEREIRA DE SOUZA pela Contratada. Data da assinatura: 02/02/2024.



PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

Convenientes: MPT, por intermédio da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região e PROMOÇÃO DO ENSINO DE QUALIDADE S/A - FACAMP, CNPJ: 03.377.471/0001-01. Objeto: Proporcionar a preparação do estagiário para a empregabilidade, para a vida cidadã e para o trabalho, por meio do exercício de atividades correlatas à sua pretendida formação profissional, em complementação ao conhecimento teórico adquirido na instituição de ensino. Vigência: 3 (três) anos. Datas das assinaturas: 01/02/2024 - instituição de ensino e 02/02/2024 - MPT. Assinam: Dra. Alvamari Cassillo Tebet, Procuradora Chefe da PRT 15ª Região e Rodrigo Coelho Sabatini - Diretor Acadêmico. PGEA: 20.02.1500.0000443/2018-04.

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.461/2024

Termo de Credenciamento nº 2461/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e a CABRAL VIDA ASSISTÊNCIA DOMICILIAR À SAÚDE EIRELI, CNPJ: 26.248.863/0001-76, para prestação de serviços de internação e assistência domiciliar. PGEA: 0.03.000.021970/2023-31. Vigência: 02/02/2024 a 01/02/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado AURÉLIO CABRAL DAVID DOS SANTOS (Sócio).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.257/2023

Termo de Credenciamento nº 2257/2023, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o CENTRO DE REABILITAÇÃO SARAH BRANDÃO LTDA, CNPJ: 24.386.198/0001-51, para prestação de serviços paramédicos. PGEA: 0.03.000.017051/2023-63. Vigência: 02/02/2024 a 01/02/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado SARAH BRANDÃO PINHEIRO (Sócia).

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 2.460/2024

Termo de Credenciamento nº 2460/2024, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o IORR SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ: 04.671.937/0001-40, para prestação de Serviços Odontológicos. PGEA: 0.03.000.014428/2023-22. Vigência: 02/02/2024 a 01/02/2029. Assinatura: pelo Credenciante SANDRA CRISTINA DE ARAUJO (Diretora Executiva Adjunta) e HERBERT DUTRA DA SILVA (Diretor Administrativo) e pelo Credenciado ANA CAROLINA MARINI GEDDA ROCHA RAMOS (Sócia).

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE SUSPENSÃO

PREGÃO Nº 90005/2024

Comunicamos a suspensão da licitação supracitada, publicada no D.O.U em 23/01/2024. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação, em regime de empreitada por preço unitário, de serviços continuados de transporte de passageiros e pequenas e médias cargas, mediante locação de veículos, para atender às necessidades do Tribunal de Contas da União em trajetos específicos e deslocamento entre suas unidades, aferidos por quilômetro rodado, diárias ou solicitações

RENATO TEIXEIRA LEITE DE LA ROCQUE
Agente de Contratação

(SIDE - 06/02/2024) 030001-00001-2024NE000001

SECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E PATRIMÔNIO

AVISO DE PRORROGAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 1/2024

Processo nº. 000.202/2024-0. Objeto: PRORROGAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO obtenção de propostas de interessados em fornecer, sob o regime de comodato, veículos automotores 100% elétricos para atendimento das demandas de deslocamentos do Tribunal de Contas da União no Distrito Federal e Entorno, nos termos descritos no ANEXO I - Termo de Referência. Prazo para o recebimento das propostas prorrogado até o dia 16/02/2024, das 8h às 18h, por meio do endereço eletrônico cpl@tcu.gov.br. Edital à disposição dos interessados no site do TCU, www.tcu.gov.br, opção transparência - licitações chamamentos públicos e credenciamentos.

RENATO TEIXEIRA LEITE DE LA ROCQUE
Agente de contratação

SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DA FUNÇÃO JURISDICIONAL

SECRETARIA DE APOIO À GESTÃO DE PROCESSOS

EDITAL Nº 154/2024-TCU/SEPROC, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024

TC 014.781/2021-2 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO JOSÉ OSÓRIO GALVÃO DE OLIVEIRA FILHO, CPF: 035.904.244-94, do Acórdão 9998/2023-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Jhonatan de Jesus, Sessão de 29/8/2023, proferido no processo TC 014.781/2021-2, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 1/2/2024: R\$ 326.994,42. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 30.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (SePROC) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 155/2024-TCU/SEPROC, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2024

TC 042.860/2021-0 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO JOÃO PEREIRA DA SILVA NETO, CPF: 086.157.135-53, do Acórdão 3566/2023-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Jorge Oliveira, Sessão de 9/5/2023, proferido no processo TC 042.860/2021-0, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. Valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 1/2/2024: R\$ 1.084.454,37. O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 100.000,00 (art. 57 da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (SePROC) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

ANDRÉA RIBEIRO SIMÕES
Chefe de Serviço

EDITAL Nº 174/2024-TCU/SEPROC, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2024

TC 005.577/2021-7 - Em razão do disposto no art. 22, III, da Lei 8.443/1992, fica NOTIFICADO Joaquim Ribeiro da Luz, CPF: 124.446.692-15, do Acórdão 6558/2022-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, Sessão de 27/9/2022, proferido no processo TC 005.577/2021-7, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenando-o a recolher aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE o(s) valor(es) histórico(s) atualizado(s) monetariamente desde a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência, acrescido(s) dos juros de mora devidos, até o efetivo recolhimento, abatendo-se montante eventualmente ressarcido, na forma da legislação em vigor. O valor total atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora até 5/2/2024: R\$ 314.310,49; em solidariedade com os responsáveis Jefferson Ferreira de Miranda (617.679.722-53) e Aiky Comércio e Distribuição Ltda. (04.848.586/0001-08). O ressarcimento deverá ser comprovado junto ao Tribunal no prazo de quinze dias a contar da data desta publicação.

O Senhor Joaquim Ribeiro da Luz fica NOTIFICADO, também, do Acórdão 4622/2023-TCU-Primeira Câmara, Rel. Ministro Benjamin Zymler, Sessão de 13/6/2023, por meio do qual o Tribunal conheceu do recurso interposto e, no mérito, negou-lhe provimento.

Deverá ser comprovado, no mesmo prazo de quinze dias, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, mediante GRU, código 13901-7, da multa aplicada por este Tribunal, no valor de R\$ 25.000,00 (arts. 57 e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992), a qual será atualizada desde a data do acórdão condenatório até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, podendo haver incidência de outros acréscimos legais, se atingida fase de execução judicial.

O não atendimento desta notificação poderá ensejar a inclusão do nome do responsável no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal - Cadin e a execução judicial perante o competente Juízo da Justiça Federal (arts. 19, 23, III, "b", 24 e 28, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 216 e 219, II e III, do Regimento Interno do TCU).

A emissão da Guia de Recolhimento da União-GRU e do demonstrativo de débito pode ser feita por meio do Portal TCU (www.tcu.gov.br), clicando na aba "Carta de Serviços" e, em seguida, no link "Emissão de GRU".

O acesso ao processo indicado nesta comunicação pode ser realizado por meio da plataforma de serviços digitais Conecta-TCU, disponível no Portal TCU (www.tcu.gov.br). A visualização de processos e documentos sigilosos depende de solicitação formal e posterior autorização do relator. Informações detalhadas sobre o uso da plataforma, inclusive para fins de cadastro e credenciamento, podem ser consultadas ao acionar o ícone "Conecta-TCU" do Portal TCU.

Informações detalhadas acerca do processo, do(s) valor(es) histórico(s) do débito com a(s) respectiva(s) data(s) de ocorrência e do(s) cofre(s) credor(es) podem ser obtidas junto à Secretaria de Apoio à Gestão de Processos (SePROC) pelo e-mail cacidadao@tcu.gov.br, ou pelos telefones 0800-644-2300, opção 2, ou (61) 3527-5234.

MARCELO DE ANDRADE FERNANDES PEREIRA
Chefe do Serviço de Comunicação Processual 1
Substituto

Poder Legislativo

CÂMARA DOS DEPUTADOS

DIRETORIA-GERAL

DIRETORIA ADMINISTRATIVA

DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo 1.144.263/23. ESPÉCIE: Contrato de Autorização n. 2023/247.0 - firmado com o ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADÇÃO E DISTRIBUIÇÃO - ECAD. CNPJ n. 00.474.973/0001-62. OBJETO: Execução pública de obras musicais, literárias e de fonogramas por emissora de televisão, emissora de rádio e plataforma web. AMPARO LEGAL: Lei n. 9.610/98. VIGÊNCIA: 29/12/23 a 28/06/26. VALOR: R\$1.970.753,40.

